



J437

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003958-58.2014.8.17.0000 (0333115-3)

COMARCA: PAULISTA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: GIL TEOBALDO DE AZEVEDO E OUTRO

PACIENTE: TÁCITO CORREIA PINTO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE  
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: HABEAS CORPUS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PELITO DE EXCLUSÃO DO PACIENTE DO POLO PASSIVO DA AÇÃO. PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DO FEITO. AUSÊNCIA DE AMEAÇA OU CERCEAMENTO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. IMPROPIEDADE DA VIA ELITA. ORDEM NÃO CONHECIDA À UNANIMIDADE.

1. *In casu*, por meio da ação ajuizada em primeira instância, o órgão ministerial requer o ressarcimento intergral dos prejuízos causados ao Erário, bem como a condenação do paciente nas sanções previstas no art. 12, inciso I, II, e III, da Lei nº 8.429/92.
2. Inexiste no caso qualquer cerceamento ou ameaça à liberdade de ir e vir do paciente, razão pela qual resta incabível o presente *mandamus*.

*W*

3. Ademais, ainda que assim não fosse, apreciar a tese da defesa implicaria em uma profunda incursão na seara probatória, o que, nos estreitos limites da via eleita, não seria cabível.
4. *Habeas Corpus* não conhecido à unanimidade de votos.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0003958-58.2014.8.17.0000 (0333115-3), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **não conhecer do pedido**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 3 de Julho de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

**Relator**



J439

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003958-58.2014.8.17.0000 (0333115-3)

COMARCA: PAULISTA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: GIL TEOBALDO DE AZEVEDO E OUTRO

PACIENTE: TÁCITO CORREIA PINTO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANNTI DE ALBUQUERQUE  
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

**RELATÓRIO**

Trata-se de Habeas Corpus impetrado pelos advogados Gil Teobaldo de Azevedo e Fernando Harten de Moura, em favor de **TÁCITO CORREIA PINTO**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista - PE.

Nas razões do presente writ, os impetrantes alegam que o paciente sofre um constrangimento ilegal pelo fato de constar no pólo passivo de uma Ação Civil Pública, ajuizada pelo *Parquet*, na qual se requereu além do ressarcimento integral ao erário, a aplicação das sanções impostas pelos incisos I, II e III do art. 12, da Lei 8.429/92.

Aduzem os impetrantes que a referida ação revela-se inepta, por ausência de causa de pedir, asseverando, que inexistem nos autos qualquer prova em desfavor do paciente.

3440

Por derradeiro, requerem a concessão da ordem para que se exclua o paciente do feito de origem, trancando-se a Ação Civil Pública objeto desta impetração

Documentos juntados às fls. 09/1420.

A concessão da liminar requerida foi indeferida às fls. 146/147.

Informações da autoridade indigitada coatora dispensada.

A douda Procuradoria de Justiça, por intermédio de parecer lançado aos autos nas fls. 1431/1433, opinou pelo não conhecimento do pedido.

### É O RELATÓRIO.

Recife, 3 de junho de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



3241

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003958-58.2014.8.17.0000 (0333115-3)

COMARCA: PAULISTA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: GIL TEOBALDO DE AZEVEDO E OUTRO

PACIENTE: TÁCITO CORREIA PINTO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANNTI DE ALBUQUERQUE  
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

**VOTO**

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de Habeas Corpus impetrado, em favor de TÁCITO  
CORREIA PINTO, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito  
da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista - PE.

Nas razões do presente writ, os impetrantes aduzem, em síntese, que o paciente sofre um constrangimento ilegal pelo fato de revelar-se inepta a Ação Civil Pública objeto desta impetração, na qual se requereu, além do ressarcimento integral ao erário, a aplicação das sanções impostas pelos incisos I, II e III do art. 12, da Lei 8.429/92.

Além disso, asseveram que inexistem nos autos da referida ação prova que justifique a sua legitimidade passiva, advogando, por derradeiro, no sentido da concessão da ordem para que seja o paciente excluído do feito em primeira instância, ou para que seja trancada a Ação Civil Pública ajuizada.

Tenho, porém, que não merece conhecimento o pedido da impetrante.

Pois bem, como bem disse a douta Procuradoria de Justiça, inexistem no caso em comento qualquer cerceamento ou ameaça à liberdade de ir e vir do paciente, restando por incabível o presente *mandamus*.

Ora, não se verifica no bojo do presente *Habeas Corpus* situação que possa ensejar violação, efetiva ou iminente, à liberdade de locomoção do paciente. *In casu*, observa-se que na ação originária desta impetração, o órgão ministerial requer o ressarcimento integral dos prejuízos causados ao Erário, bem como a condenação do paciente nas sanções previstas no art. 12, inciso I, II, e III, da Lei nº 8.429/92.

Desta forma, diante das circunstâncias do caso em comento, inexistem razões para que se conheça o presente writ. Senão vejamos:

CRIMINAL. HC. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO DE NATUREZA CIVIL. AUSÊNCIA DE RISCO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. IMPROPRIEDADE DO WRIT. ORDEM NÃO CONHECIDA.

*Em ação de improbidade administrativa, o writ constitui-se em meio impróprio para a análise da alegação de ausência de intimação dos acusados e de seus defensores para apresentação das alegações finais.*

*As sanções previstas na ação de improbidade administrativa possuem caráter civil, uma vez que as penas previstas são as de perda dos bens, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público.*

*Caracterizada a impropriedade da via eleita, nos termos da previsão constitucional, que institucionalizou o habeas corpus como meio próprio à preservação do direito de*

locomoção, quando demonstrada ofensa ou ameaça decorrente de ilegalidade ou abuso de poder. Precedentes. Ordem não conhecida.

(HC 50.545/AL, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2006, DJ 04/09/2006, p. 298)

#### PROCESSO CIVIL - HABEAS CORPUS - IMPROPRIEDADE.

1. Não se presta o habeas corpus para impugnar decisão judicial que não restringe a liberdade de ir e vir do paciente.

2. Decisão judicial proferida em ação civil pública por ato de improbidade, a qual afastou prefeito municipal do mandato eletivo, sem nenhum reflexo na liberdade de locomoção.

3. Habeas corpus extinto sem exame do mérito.

(HC 36.248/RN, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/08/2004, DJ 27/09/2004, p. 283)

#### HABEAS-CORPUS.

- Hipótese que não diz com a liberdade de locomoção do paciente. Ação civil pública.

- Não conhecimento do pedido.

(HC 12.266/MG, Rel. Ministro FONTES DE ALENCAR, SEXTA TURMA, julgado em 01/12/2003, DJ 02/02/2004, p. 361)

**HABEAS CORPUS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. TRANCAMENTO. AUSÊNCIA DE AMEAÇA OU CERCEAMENTO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. COAÇÃO ILEGAL AUSENTE. DECISÃO UNÂNIME.** 1. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa é dotada de índole político-administrativa, sobretudo considerando-se as sanções previstas no art. 12, da Lei n. 8.429/92, quais sejam: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. 2. O habeas corpus, nos termos da Constituição Federal (art. 5º, LXVIII), é remédio constitucional posto à disposição de quem esteja sofrendo ou ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, em razão de ilegalidade ou abuso de poder, o que não se verifica no caso do Paciente, tendo em conta estar sendo processado como incurso nas sanções do art. 12 da Lei de Improbidade Administrativa. 3. Impetração não conhecida. Decisão unânime.

(TJ-PE - HC: 79305020038171090 PE 0004032-83.2012.8.17.0000, Relator: Fausto de Castro Campos, Data de Julgamento: 19/06/2012, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 121)


Ademais, ainda que assim não fosse, nota-se que o impetrante pretende desconstituir a legitimidade passiva do paciente para responder à ação ajuizada em primeira instância, alegando ausência de suporte fático para tanto. Com efeito, apreciar a referida tese implicaria em uma profunda incursão na seara probatória, o que, nos estreitos limites da via eleita, não seria cabível.

Jhjh

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor(a) Procurador(a) de Justiça, em consonância com a promoção exarada pela douta Procuradoria de Justiça, voto pelo não conhecimento do pedido

É COMO VOTO.

Recife, 3 de julho de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator